

EDUCAÇÃO SEXUAL, DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR DOCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO CATARINENSE¹

Renata Orlandi ²
Maria Gabriela Prada de Souza ³
Emerson Martins ⁴
Graciela Alana Brick Grodowski ⁵

RESUMO

A efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos é um tema que demanda atenção, sobretudo, quando se trata do exercício da sexualidade por um público historicamente estigmatizado, como é o caso das pessoas com deficiência. O objetivo deste estudo é compreender os sentidos atribuídos por docentes da rede pública de ensino de um município catarinense à Educação Sexual voltada ao público alvo da Educação Especial. Para isso, foram realizadas entrevistas com 19 profissionais da educação que atuam em distintas áreas do conhecimento. Os dados coletados foram organizados e sistematizados em categorias, conforme a análise de conteúdo de Bardin (1977), sendo estas: processo de significação da Educação Sexual; trajetória pessoal e formação no campo da Educação Sexual; processo de significação da sexualidade de jovens com deficiência; e experiências docentes na esfera da Educação Sexual. Além disso, foi observado que, raramente, atividades pedagógicas no campo da Educação Sexual são realizadas com uma perspectiva inclusiva e transversal. Sendo assim, destaca-se a urgência na promoção de reflexões concernentes à Educação Sexual durante a formação inicial e continuada de professores(as) para que estes(as) tomem consciência de seu compromisso enquanto educadores(as) sexuais e, conseqüentemente, da importância de seu engajamento na efetivação dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Educação Sexual, Deficiência, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) está alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), garantindo o direito básico à educação e o acesso à escola a todos os cidadãos sem nenhuma distinção. Com o intuito de construir uma sociedade comprometida com a efetivação de avanços no campo da Educação

¹ Este capítulo é um recorte da pesquisa intitulada “Educação Sexual e Deficiência Intelectual: Atribuição de Sentidos por Docentes”, desenvolvida através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

² Pós-doutora em Educação, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade autônoma de Barcelona, renata.orlandi@ufsc.br;

³ Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, mariagabriela.prada@gmail.com;

⁴ Doutor em Psicologia e Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, emerson.martins@uffs.edu.br;

⁵ Especialista em Educação Escolar Contemporânea pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, gracibanza@gmail.com.

Inclusiva⁶ e da igualdade de gênero, étnica, geracional, geográfica, social, institucional, entre outras, destaca-se neste capítulo a interseccionalidade entre sexualidade e deficiência, haja vista, como demonstra a literatura, ser recente a dedicação de cientistas à reflexão sobre aspectos concernentes à sexualidade ao longo do processo de subjetivação da pessoa com deficiência (MAIA, 2010; GESSER; NUERNBERG, 2014).

A relação entre sexualidade e Educação Inclusiva é um tema que demanda atenção, sobretudo, quando se trata de avanços civilizatórios na perspectiva dos Direitos Humanos⁷ (MAIA, 2010). A literatura especializada indica que a sexualidade configura-se como um assunto desconfortável para um número expressivo de pais ou responsáveis e professores(as) (SILVA; SANTOS; LICCIARDI; PAIVA, 2008). Dessa forma, familiares, não raro, passam a delegar tal função à escola, que também pode não dispor de estratégias pedagógicas adequadas ou disposição para lidar cientificamente com tais temas (PINHEIRO, 2004; FRIGOTTO, 2017). Dantas, Silva e Carvalho (2014) sugerem que a concepção simplista sobre a pessoa com deficiência traz como consequência vê-la apenas como “eterna criança” que precisa de cuidados, mesmo quando se trata de uma pessoa adulta, o que gera dependência familiar e o controle das escolhas desses sujeitos, restringindo a sua história de vida à voz de autorização de seus responsáveis. Fato é que a sexualidade é tabu também para as pessoas sem deficiência, no entanto, estas têm outras possibilidades, inclusive culturais, de se expressarem e experimentarem suas sexualidades. Neste contexto, a escola necessita reconhecer a sexualidade, as possibilidades de desenvolvimento integral e a autonomia das pessoas com deficiência como horizonte, compromisso e estratégia político-pedagógica, deixando de ser mais um obstáculo e tornando-se um legítimo espaço promotor do protagonismo e do empoderamento no que tange às escolhas em todos os âmbitos da vida das

⁶ Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Educação Inclusiva é definida como “um paradigma educacional fundamentado na concepção de Direitos Humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 1). Neste sentido, a UNESCO (1994) preconiza que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (UNESCO, 1994, p. 5).

⁷ A Declaração Universal dos Direitos Humanos delinea os Direitos Humanos básicos, inerentes a todos os seres humanos, independente de sexo, racionalidade, idioma ou qualquer outra condição e passou a ser adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

peessoas com deficiência, particularmente, em seus relacionamentos afetivos e na relação potente e emancipada com seus corpos.

A Educação Sexual nas instituições de ensino, quando ocorre, tem fragilidades ou sofre consideráveis ameaças. Estas últimas têm ganhado voz e vez de maneira contundente e, inclusive, institucionalizada, a partir do ano de 2004, no qual foi lançado, oficialmente, o ‘programa escola sem partido’⁸. Tal programa é marcadamente conservador - no sentido de desprezar o papel laico da escola e impor visões ideológicas-religiosas, sexistas, heteronormativas e cisgêneras - e configura-se como uma tentativa de boicote às iniciativas pedagógicas relevantes, derivadas de pesquisas científicas e pautadas no respeito aos Direitos Humanos, cujas reflexões são responsáveis pela efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos de todos(as) os(as) estudantes, inclusive, aqueles(as) que recentemente passaram a ocupar a escola na perspectiva da inclusão. Importante destacar que visões como a do “Escola sem Partido” sobre a Educação Sexual tratam-se de uma violação de acordos internacionais previstos em documentos que norteiam a educação brasileira e que deixar de abordar conceitos concernentes ao campo da sexualidade fere a Declaração dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário (ONU, 1948).

A negligência na efetivação do direito a esta dimensão educativa está fortemente atrelada à lacuna no acesso à Educação Sexual sofrida pelos próprios pais ou responsáveis e à formação especializada deficitária de professores(as), que contribui para se criar um senso comum, o qual tem favorecido a naturalização de mitos, tais como, o de que pessoas com deficiência são assexuadas (MAIA; CAMOSSA, 2003), sendo tais cidadãos(ãs) comparados(as) a anjos ou feras (GIAMI, 2004) ou ainda sujeitos de segunda categoria que não exercem sua sexualidade por não a ter. Segundo Gesser e Nuernberg (2014, p. 2),

também está presente o mito de que pessoas com deficiência são estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles; outro é o de que pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual.

⁸ Gaudêncio Frigotto, em seu livro “*Escola sem Partido*” (2017), faz reflexões sobre esse movimento, deixando claro que modificará a forma de ensinar, pois o jeito que se ensina hoje é pautado nos confrontos de visões de mundo, concepções científicas e metodológicas. O Escola sem Partido tenta inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educacionais propostas que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual dentro da escola e na sociedade, o combate ao preconceito e ao sexismo. Portanto, um projeto que ameaça os fundamentos da liberdade e do conhecimento.

A privação da Educação Sexual para jovens com deficiência pode trazer riscos para esses(as) jovens que estão, na maioria das vezes, vulneráveis ao abuso sexual. Tal violência, frequentemente, é perpetrada por pessoas próximas das vítimas, os quais tem a confiança da vítima e/ou de seus familiares/responsáveis, inclusive pessoas que prestam “assistência” a pessoas com deficiência, intimidando uma possível denúncia, também obstaculizada pela dificuldade para identificar o crime, em virtude da falta de conhecimento sobre o incidente (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014). A importância do papel da escola para o esclarecimento de dúvidas de mulheres e homens com deficiência é destacada para as autoras, em virtude de que:

Quando mulheres/homens com deficiência assumem sua vida sexual, geralmente as pessoas reagem com surpresa ou medo, uma vez que, principalmente mulheres com deficiência, são vistas como pessoas fragilizadas, sendo julgadas como abusadas sexualmente mesmo quando o sexo é desejado e consentido. Envolver a escola e a comunidade nas questões de gênero e sexualidade das pessoas com deficiência significa quebrar estereótipos e mitos quanto à identidade de homens e mulheres com deficiência e sua vida sexual, assim como esclarecer para a sociedade e para as próprias pessoas com deficiência os sinais de abuso sexual, para a prevenção, identificação, denúncia e busca por punição dos/as acusados/as (DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 5).

No contexto deste estudo, a Educação Sexual é pensada como um conjunto de ações, programas e projetos voltados ao favorecimento do acesso a informações acerca da sexualidade, acompanhadas de discussões e questionamentos sobre a temática (MENEZES; SANTOS, 2001). A Educação Sexual engloba toda a complexidade de manifestações da sexualidade tanto no que diz respeito às relações do sujeito com o prazer, o cuidado e a proteção de seu próprio corpo, como a dimensão ética e estética de seus encontros e negociações com os corpos dos outros, considerando-se todos os desdobramentos históricos, psicológicos, culturais, antropológicos, políticos, econômicos, jurídicos, biológicos, entre outros saberes, aspectos e categorias que dão sentido a essas experiências.

Sendo assim, a sexualidade tem sido compreendida como um conceito amplo que abrange práticas sexuais, afetos e subjetivações, os quais dialogam com processos históricos e sociais. A sexualidade humana refere-se aos sentimentos, atitudes e percepções relacionadas à vida sexual e afetiva das pessoas; implica expressões de valores, gênero, afetos e práticas sexuais, as quais têm centralidade tanto histórica como cultural (MAIA; RIBEIRO, 2010). Neste cenário, o estudo da sexualidade em Foucault (1988) contempla uma reflexão sobre a forma pela qual a sexualidade veio a ser compreendida e de como os sujeitos se subjetivam em sua dimensão sexual. Para o autor:

[...] O importante nessa história [...] é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele, um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento. O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e de falsidade [...]; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade [...] (FOUCAULT, 1988, p. 56).

Pode-se dizer que a sexualidade tem uma íntima relação com a vontade e a verdade. Assim, na sociedade, a sexualidade constitui-se, de um lado, pela atuação de instituições, sejam escolares, familiares ou religiosas, e de outro, pelos lugares de veiculação acadêmica e produtiva, todos sendo co-responsáveis pela produção dos saberes e práticas vivenciados historicamente (LOURO, 2013).

Quanto ao entendimento acerca da deficiência, o presente capítulo utiliza o conceito utilizado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência - lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, artigo 2º que assim define:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

Uma pessoa com deficiência apresenta um prejuízo no processo de adaptação, por uma perda permanente de certas capacidades, configurando-se em diferentes características que podem ser consideradas, em certos casos, como congênicas ou adquiridas. De acordo com Silva e Albertini (2007), a deficiência é congênita quando se apresenta desde o nascimento do indivíduo, e é adquirida quando, no desenvolvimento, a pessoa sofre alguma lesão de origem cerebral, medular, muscular, entre outras. Quando necessária uma avaliação da deficiência, essa deve ser feita de forma biopsicossocial considerando os fatores socioambientais, psicológicos e sociais (BRASIL, 2015).

Tendo em vista visualizar o cenário da produção relativa à temática deste estudo, realizou-se um levantamento no período de 1994 a 2018, utilizando como fontes o banco de dados *Scielo.br* e a Revista de Educação Especial - Periódicos da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, da região Sul do Brasil, sendo mapeados somente artigos. Neste processo de busca, encontrou-se 45 trabalhos científicos relacionadas, dos quais apenas 23 publicações tratavam de temas concernentes à intersecção entre a esfera da sexualidade e da deficiência, de modo a evidenciar a escassez de estudos que contemplam a temática.

Nesse contexto, o presente capítulo teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos à Educação Sexual voltada para pessoas com deficiência por professores(as) da rede básica de ensino que atendem esta população em um município localizado na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Para isso, como será visto mais detalhadamente a seguir, foram realizadas 19 entrevistas com docentes de distintas áreas do conhecimento.

METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo qualitativo, exploratório e descritivo. Partindo-se do pressuposto que a realidade é engendrada pelo meio social, sendo os sujeitos nela inseridos produtores e produto das relações nela entabuladas, considera-se a investigação qualitativa adequada à compreensão de fenômenos cujos dados são coletados a partir da perspectiva dos(as) participantes do estudo (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005). A pesquisa qualitativa leva em conta a singularidade e particularidade de cada ponto de vista, buscando o entendimento dos acontecimentos e interações considerando-se todos os seus aspectos, em uma perspectiva complexa e sistêmica, já que para analisar o processo de subjetivação faz-se necessária a compreensão do quadro referencial a partir do qual cada sujeito interpreta seus pensamentos, sentimentos e ações (GODDOY, 1995).

O estudo contou com a participação livre, espontânea e voluntária de 19 docentes, dos(as) quais 13 são mulheres e seis são homens, os(as) quais atuam ou já atuaram na rede pública de ensino em escolas de educação básica de um município localizado na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina. A fim de preservar o sigilo e o anonimato das informações, as identidades dos(as) participantes do estudo não serão reveladas e estes(as) serão nomeados, a partir daqui, por seus respectivos pseudônimos. A faixa etária dos(as) participantes varia entre 35 e 55 anos. Todos(as) possuem, no mínimo, graduação completa. Quanto à escolarização máxima, uma está cursando doutorado, dois(uas) possuem mestrado completo, uma está cursando mestrado, 13 possuem uma (ou mais) especialização(ões). No que tange à área de atuação, 16 participantes são professores(as) regentes - que ministram Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Artes, Biologia, Matemática, Educação Física e/ou Química - e três atuam como professoras de apoio de jovens com deficiência. Com relação à religiosidade, oito professores(as) são católicos(as) (sendo que 3 destes(as) consideram-se não praticantes); cinco não possuem religião; dois(uas) são evangélicos(as) luteranos(as); duas são espíritas e um é testemunha de Jeová.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas individuais e semi-estruturadas, com o intuito de favorecer a verbalização livre do entrevistado acerca da temática investigada. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e com a anuência dos(as) participantes, utilizou-se um gravador de voz, para registrar e, posteriormente, transcrever as entrevistas. O gravador, por sua vez, permaneceu situado em local visível ao longo das entrevistas. O conjunto de dados coletado foi organizado, categorizado e sistematizado conforme a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977).

No que diz respeito aos aspectos éticos, ressalta-se que foram tomadas todas as medidas cabíveis, sendo que o projeto só teve início após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC⁹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo quando não abordam a Educação Sexual de maneira sistematizada e planejada, os(as) professores(as) atuam como educadores(as) sexuais (ALBURQUERQUE; ALMEIDA, 2010). Dessa forma, pensar a Educação Sexual a partir do contexto da escola inclusiva é imprescindível para garantir os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas, transcendendo o forte capacitismo que ainda vigora em nossa sociedade. Neste sentido, o presente estudo busca compreender os sentidos atribuídos por professores(as) da rede básica de ensino que atuam em um município catarinense localizado na região do Vale do Itajaí à Educação Sexual voltada para estudantes com deficiência.

Para isso, elaborou-se, *a posteriori*, quatro categorias de análise a partir da fala dos(as) participantes, sendo estas: processo de significação da Educação Sexual; trajetória pessoal e formação no campo da Educação Sexual; processo de significação da sexualidade de jovens com deficiência; e, experiências docentes na esfera da Educação Sexual.

A primeira categoria, processo de significação da Educação Sexual, originou duas subcategorias que englobaram a Educação Sexual sob as vertentes biológica e a biopsicosocial. Esta categoria é de suma importância, uma vez que as concepções atribuídas pelo(a) professor(a) acerca deste fenômeno afeta diretamente a sua prática docente no que se refere à Educação Sexual (VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

Ao serem questionados(as) sobre o que significa o processo de Educação Sexual, 11 entrevistados(as) atribuíram um sentido predominantemente biológico. Neste ponto de vista, a

⁹ Cujo número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é o seguinte: 02800018.5.0000.0121.

compreensão sobre a Educação Sexual é restrita aos aspectos fisiológicos e/ou patológicos do corpo humano, aos métodos contraceptivos e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Conforme elucidou Jasmin, professora de Biologia,

acho que Educação Sexual é esclarecimento, especialmente dos aspectos de... é... conhecer o seu próprio corpo, (...) a anatomia do teu aparato reprodutor, tanto feminino quanto masculino (...) as consequências da utilização do seu órgão reprodutor e não tomar o cuidado de usar algum tipo de método contraceptivo que evita transmissão de doença, a evolução de uma gravidez (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Observou-se nas entrevistas o que o modelo biológico é o mais comumente abordado nas escolas, nele os aspectos subjetivos e socioculturais da sexualidade são negligenciados, podendo engendrar uma abordagem simplista e superficial, uma vez que não contempla a sexualidade como o fenômeno complexo e multifacetado que é. Esses aspectos são corroborados também pela literatura (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015).

A maioria dos que significam a Educação Sexual a partir de aspectos biológicos abordou o tema sob uma perspectiva de conscientização, ganhando destaque a ênfase no ato sexual propriamente dito, o qual é fortemente representado como algo negativo, degenerado, sujo e nefando. Pinho (professor de Biologia), quando abordou infecções sexualmente transmissíveis, disse que “são doenças que você pegou, que você nunca mais vai se curar, então acho que o papel da Biologia é alertar a pessoa do risco que ela corre de ela ser... de repente... promíscua” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Há uma confusão generalizada na fala do referido entrevistado, note-se que a generalização de que todas as doenças, infecções sexuais transmissíveis na realidade, são incuráveis. Outro desserviço que se percebe é a perpetuação de que tais contaminações ocorrem apenas com as pessoas supostamente “promíscuas”, julgamento moral este que afeta sobremaneira um processo comunicacional honesto, pautado nos bens culturais ancorados na ciência e livre de preconceitos e, portanto, prejudica a consecução do objetivo do próprio entrevistado, a prevenção às doenças.

Destes(as) que perceberam a sexualidade perante um viés biológico, outros três participantes também atuaram de acordo com a sua moral. Para Camélia (professora de Educação Especial) abordar Educação Sexual “é uma conversa mais de mãe para filho, de conselho” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). O discurso da Educação Sexual pela família tem sido eficiente em manter as questões desta ordem distantes das salas de aula. Entretanto, sabe-se que há tabus enormes para tratar-se da sexualidade em casa, que em geral remete-se ao não dito ou a restrições autoritárias. Tem-se então a manutenção deste vazio teórico e, quiçá, político das questões da sexualidade.

Camélia (professora de Educação Especial), também afirmou que algumas vezes orienta seus(as) estudantes de acordo com seus valores, como aconteceu quando instruiu sua aluna com deficiência intelectual:

essa menina, de 17 anos, ela conhece todas as letras de funk, sabe descer rebolando até o chão, mas não sabia as consequências disso. De postar uma foto 'ai como eu sou gostosa'. Eu perguntei pra ela 'o que é uma gostosa?' (...) Gostosa é aquela menina de quem eles querem se aproveitar, abusar, tocar você, sem te respeitar e sem gostar de você (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Dessa forma, correu-se o risco de culpabilizar a garota e a dança por possíveis assédios sexuais, sem refletir criticamente o papel da mulher na sociedade e as relações de abuso, perpetuando, condições favoráveis a este último, haja vista que a estudante não teria sido instruída sobre como o abuso pode acontecer a partir da publicação realizada em uma rede social. Ademais, ressalta uma lógica castradora, pois, não consegue ultrapassar a linha da proteção e vislumbrar as possibilidades do prazer, do sentir-se bem com o corpo, de questões de auto-estima e bem estar. As questões envoltas na infantilização, particularmente, das pessoas com deficiência intelectual, aqui ficam presentes, pois, a entrevistada não vislumbra possibilidades de autonomia e principalmente de garantia e exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Outros(as) dois(uas) entrevistados(as), categorizados com sentidos sob uma perspectiva biológica e moralizante da Educação Sexual, evitam abordar a temática em sala, pois, segundo elucidou Acácia (professora de Matemática), se faz necessário “entender o que cada aluno tem como conceito na família” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019) e, complementou Nogueira (professor de Educação Física), “eu sempre falo que este assunto é da família (...) eu posso ter uma opinião, a outra professora ter outra, a gente tem que ser bem cuidadoso naquilo que vai falar para uma criança (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Vale ressaltar que nem todas as crianças e jovens dialogam abertamente com os pais acerca deste assunto e a Educação Sexual na escola pode ser um meio de proteção de abusos, incluindo casos em que o(a) agressor(a) possui grau de parentesco ou intimidade com a vítima e/ou sua família. Além do que, não falar sobre a sexualidade no espaço escolar também é uma forma de educar, afinal de contas, o silêncio ensina que este assunto é um tabu (FIGUEIRÓ, 2004). Todavia, os sentidos atribuídos por esses(as) entrevistados(as) destacam o caráter histórico e cultural da sexualidade, ainda que não avancem em termos político-pedagógicos, extrapola-se a concepção de uma sexualidade generalizada, unívoca e única.

Por outro lado, os(as) outros(as) oito entrevistados(as) compreendem a sexualidade na sua perspectiva biopsicossocial, levando em considerando suas dimensões sociais, culturais, políticas e biológicas. Conforme Pereira (professor de História) entende-se por Educação Sexual a compreensão do

contexto à sua volta, né? Do ponto de vista histórico-geográfico, biológico, da Biologia também, aquela questão de saber das relações de abuso, relações de estupro, né? De assédio? Saber reconhecer esse processo, saber se proteger dele. Isso é uma função social da educação em torno da ideia da sexualidade (...) Não é dizer que é certo fazer isso ou errado fazer aquilo, é questionar. (...) Saber que todo esse processo, em volta da sexualidade é muito mais que o ato sexual em si... aí talvez a função da educação de... como um todo... das disciplinas específicas, cada uma contribuir da sua forma para dialogar, construir esse diálogo com o estudante, com suas famílias, com a sociedade, como um todo. Acho que a escola tem um papel fundamental nesse sentido (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Este fragmento demonstra um avanço substancial em relação à subcategoria da Educação Sexual voltada para o biológico. Observe-se que o professor destacou questões importantes na compreensão da sexualidade e de sua interseccionalidade. Primeiramente, o entrevistado evidenciou o caráter interdisciplinar da Educação Sexual, ressaltando sua importância para o combate a diversas violências sexuais. Não obstante, sublinhou que a sexualidade não se circunscreve apenas ao ato sexual, consentido ou não, mas algo que está no nível do pedagógico, do diálogo com as famílias e comunidades. Isto é, o entrevistado apostou em uma Educação Sexual ampla e não individualizante. Vale ressaltar que reconhecer a Educação Sexual por meio da vertente biopsicossocial é fundamental para que a abordagem da temática na escola ocorra transversalmente, ou seja, de modo a perpassar as distintas áreas do conhecimento (FIGUEIRÓ, 2004).

Curiosamente, ao analisar as duas subcategorias citadas, foi visto que todos(as) os(as) oito professores(as) que vislumbraram a Educação Sexual perante o ponto de vista biopsicossocial atuam nas disciplinas de Filosofia, Geografia, História e/ou Sociologia. Enquanto os(as) outros(as) 11 entrevistados(as), isto é, aqueles(as) que atribuem sentido biológico à Educação Sexual, atuam como professores(as) de Artes, Biologia, Educação Especial, Educação Física, Matemática ou Química. Tal distinção indica uma diferença significativa em como os(as) docentes dessas disciplinas específicas refletem acerca de suas práticas docentes quando comparados aos demais. Tal frequência destaca também as especificidades e desafios relativos à questão da formação de professores(as) em Educação Sexual.

Neste sentido, a segunda categoria deste estudo contemplou elementos de análise concernentes ao processo formativo dos(as) entrevistados(as) no que tange à temática, tanto no que se refere à trajetória acadêmica quanto pessoal. Quando questionados(as) sobre as suas respectivas infâncias, no que se refere à Educação Sexual, apenas oito entrevistados(as) tiveram algum tipo de diálogo relacionado na família. Os(as) outros 11 participantes normalmente atribuem a ausência de Educação Sexual na família aos tabus da época e afirmaram que o que aprenderam foi, sobretudo, com os amigos. Conforme Camélia (professora de Educação Especial),

eu nunca tive essa orientação dos meus pais. É... mas eu, como a maioria dos adolescentes, eu tinha amigas, e a gente trocava figurinha (...) Então eu não tive nenhum tipo de orientação, o que dificultou muito a minha vida, né? E talvez foi o que me... me deixou tanto tempo calada diante dos alunos também, quando eu deveria abordar esse assunto (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Neste mesmo contexto, Aurora (professora de biologia) afirmou que “Em casa a gente tinha um certo tabu, um certo limite com algumas coisas, mas por quê? Porque a geração era outra, né? Meus pais eram de outra geração, então tinha muito tabu, mas era porque eles já vinham criados nesse meio” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Cabe aqui refletir se estes tabus realmente ficaram no passado ou se ainda se fazem presentes. Em geral, muitos(as) docentes utilizam suas experiências de vidas individuais para marcar seus territórios de atuação. A visão de que eles conseguiram superar suas questões de sexualidade de maneira satisfatória para si, seja com a ajuda de amigos ou com o passar do tempo, apesar de ou juntamente a seus dilemas, leva-os(as) a perpetuar esta lógica, não produzindo Educação Sexual em seus componentes curriculares e científicos ou tornando esta presença de forma estritamente biológica, reduzida às questões de prevenção de infecções ou da gravidez, perdendo de vista a complexidade dos fenômenos atrelados ao campo da sexualidade.

Na educação básica, 11 entrevistados(as) tiveram algum tipo de discussão envolvendo Educação Sexual, ainda que algumas vezes de forma superficial e rasa. Conforme Violeta (professora de Sociologia), “na escola, eu me lembro das aulas de Educação Sexual que rolava, (...) tanto na aula de Biologia, ciências, quanto Ensino Religioso, era uma coisa meio que (...) com fundo moral” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019) e, conforme explicitou Margarida (professora de Sociologia), “no meu ensino médio, foi falado, mas era pra botar medo. Porque tu ia pegar uma doença venérea, porque... tu ia pegar sífilis, porque tu ia... no sentido de tu não transar, entendesse? Que tu ia ficar mal” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Por outro lado, houve entrevistados(as) que consideraram a abordagem que tiveram na sua formação básica

adequada. A exemplo disso, Aurora (professora de Biologia) afirmou: “Eu penso que tinha bastante promoções das discussões na escola” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Por sua vez, Açucena (professora de Química) sinalizou: “Foi algo bem assim, sabe? Como tem que ser. O sistema reprodutor, os órgãos, sabe? (...) Aquele conhecimento e pronto” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Os(as) demais entrevistados(as) não tiveram a Educação Sexual abordada no ensino básico e Acácia (professora de Matemática) relatou que “a minha família jogava pra escola e a escola jogava pra família” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Observe-se que, novamente, há uma compreensão maior a respeito da Educação Sexual por parte dos(as) professores(as) da área de humanas, enquanto, os das áreas naturais reafirmam uma educação biologicista ou naturalizam a não existência de Educação Sexual na escola.

No que diz respeito à formação inicial e continuada, os números são ainda mais preocupantes. Apenas seis entrevistados(as) tiveram alguma abordagem relacionada à Educação Sexual na primeira graduação e cinco na formação continuada. Neste sentido, Margarida (professora de Sociologia) atribuiu ao curso de pós-graduação em sexualidade o olhar diferenciado que tem acerca do tema.

Ainda na segunda categoria, observou-se que apenas três entrevistadas consideraram que tiveram a oportunidade de acessar saberes a algo relacionado com a temática deficiência/sexualidade durante sua formação, o que deixa evidente a falta de capacitação docente neste âmbito. Margarida (professora de Sociologia), durante sua especialização em sexualidade, teve o tema abordado, pois a irmã da sua professora, que possuía síndrome de Down, engravidou. Rosa (professora de Educação Especial), relatou que durante a graduação teve acesso a testemunhos de colegas que já trabalhavam na área. Enquanto Camélia (professora de Educação Especial) considerou que foi durante a pós-graduação que aprendeu sobre a sexualidade na perspectiva de uma pessoa com deficiência. Com relação à terceira categoria, processo de significação da sexualidade de jovens com deficiência, esta mesma professora relatou:

a gente viu ali que é... essa parte sexual, ela começa desde a infância, pelo toque, por achar bonito, por gostar de ouvir a voz do pai, da mãe. A pessoa já vai criando uma referência. E, foi ali no curso de pós graduação que... eu compreendi o amor do adolescente, a parte da sexualidade dele é ter alguém para dar carinho. Não necessariamente interesse sexual da pessoa. O amor pra eles (pessoas com deficiência) é... é livre, e... só que claro, a gente tem essa parte de preparar eles, essa parte do momento que eles vão ter intimidade física com alguém, né? Um dia vai acontecer (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A entrevistada afirmou que a sexualidade tem a ver com carinho, afeto, amor e relação sexual, denotando que compreende que a sexualidade é algo pertencente a todos(as). Mas observa-se que isto não se liga ao seu posicionamento de uma Educação Sexual biologicista. Percebeu-se aqui também uma certa dificuldade entre os(as) entrevistados(as) de conectar o teórico às suas práticas. Muitos deles(as) narram a sexualidade de maneira ampla e interseccional, mas quando refere-se às suas práticas, ficou evidente que tal narrativa não se torna estratégia de acolhimento, defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência ou sem.

Para Azaléia (professora de Geografia), as pessoas com deficiência também “são seres humanos, eles têm desejos, eles têm vontades, né? Eles estão na sociedade, eles precisam viver a vida deles de forma plena. E a sexualidade é um elemento de trazer plenitude para as pessoas, né?” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). A constatação de que eles também são seres humanos é bastante complexa, ou seja, não é óbvia a humanidade nas pessoas com deficiência? As falas dos(as) entrevistados(as) denotam que não. E justamente por isso a dificuldade em compreender a sexualidade como algo próprio da condição humana, dimensão esta que, quando aniquilada, implica no aniquilamento do ser. Importante lembrar que, se já é difícil para uma parcela da população enxergar humanidade nas pessoas com deficiência, imagine-se outorgar-lhes direitos de autonomia sexual, de identidade de gênero, de orientação sexual, de minimamente poderem viver seus afetos para além da família.

Unanimemente, os(as) entrevistados(as) reconheceram a sexualidade em pessoas com deficiência. Chama a atenção, contudo, que 16 destes(as) apontam que a mesma se manifesta mais acentuadamente nessas pessoas. De acordo com Rosa (professora de Educação Especial), “para eles, como é uma coisa natural, eles também deixam isso aparecer de maneira natural, né? (...) Então, às vezes, eles são mais sensíveis a esta questão do que os ditos normais, que seguem as regras da sociedade direitinho” (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Neste sentido, Maia e Aranha (2005) sintetizam que a conduta conflitante com as regras sociais das pessoas com deficiência não se deve a um atributo imutável provindo da deficiência, mas sim, pode ter origem na falta de oportunidades de aprendizado acerca da própria sexualidade somada às restritivas interações de socialização. Isto é também confirmado pelas autoras Albuquerque e Almeida (2010, p. 410):

o que muitas vezes falta aos jovens com deficiência intelectual é um processo efetivo de educação/orientação sexual. Se eles não recebem essas orientações adequadas, acabam tendo poucas oportunidades para aprendê-las de fontes usuais, pois as pessoas com deficiência geralmente não têm as mesmas chances para descobrir sobre sexualidade com seus pares, falar

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

livremente com os amigos sobre sexo e acabam não podendo aprender sobre um aspecto vital do desenvolvimento.

Apesar de concordarem com a presença da sexualidade entre as pessoas com deficiência, dois(uas) professores(as) questionaram se estas mesmas pessoas podem constituir uma família. Pinho (professor de Biologia) mencionou o caso de um aluno que “era cadeirante, deficiente mental, tinha problema motor. Então, ele vai casar? Aquele cara? Será? Ele não consegue nem se comunicar direito” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Aqui, novamente, a sexualidade recai sobre uma estrutura patrimonialista e matrimonialista. Primeiramente, porque é importante ressaltar que há muitos casamentos heterossexuais que não tem filhos e, por outro lado, em casamentos homossexuais nos quais há o projeto e/ou a vivência da parentalidade. Outras pessoas jamais se casam, outras casam muitas vezes. Ou seja, há muitas formas de se viver a sexualidade, com ou sem conjugalidade. Não obstante, como versa a constituição brasileira, vivenciar a sexualidade plena, bem como casar e ter filhos é direito de todas as pessoas, sem nenhuma distinção (GESSER; NUERNBERG, 2014). Então, no caso, se for desejo do estudante cadeirante, ele pode sim constituir uma família e ter filhos, e falhar, como tantas outras pessoas sem deficiência. As pessoas com deficiência devem possuir, irrestritamente, acesso aos meios necessários para exercer tais direitos (GESSER; NUERNBERG, 2014). Apesar disso, como foi visto anteriormente, estas pessoas são frequentemente privadas de informações concernentes à reprodução e ao planejamento familiar (ALBURQUERQUE; ALMEIDA 2010).

A quarta categoria, intitulada experiências docentes na esfera da Educação Sexual, foi dividida em duas subcategorias: diálogo entre escola e família e ações promovidas pelo(a) professor(a) participante da pesquisa. A família e a escola são duas importantes esferas no processo de constituição do sujeito. O diálogo entre estas duas instâncias, escola e família, se faz imprescindível para que a Educação Sexual dê-se de maneira coerente, profunda, potente e efetiva. Contudo, apenas uma entrevistada considerou que a Educação Sexual é comumente abordada entre os familiares dos estudantes e a escola onde atua; outros(as) quatro entrevistados(as) relataram que este tema só é abordado quando há algum acontecimento específico, normalmente, considerado problemático pela escola, como manifestações supostamente excessivas da sexualidade no espaço escolar e vazamento de fotos com nudez; uma entrevistada nunca pensou acerca disto e uma entrevistada presenciou, apenas uma única vez na escola, uma palestra para pais, ministrada por uma psicóloga, a qual abordou o assunto. Todos(as) os(as) demais, isto é, 12 entrevistados(as) acreditam não haver esse diálogo.

Estes(as) últimos atribuem à ausência do diálogo fatores como: tabu (mencionada cinco vezes), religião (mencionada três vezes), falta de interesse dos envolvidos (mencionada três vezes), falta de políticas públicas (mencionada três vezes), preconceito (mencionado duas vezes), pobreza, violência doméstica, tempo, formação dos(as) professores(as), pudor, falta de oportunidade, doutrinação do corpo pela sociedade e pelo modo de produção vigente, ausência dos pais, cultural, moral, social, financeiro, vergonha e conflito de geração.

Na subcategoria que envolve ações promovidas pelos(as) docentes, 11 professores(as) nunca promoveram uma atividade extraclasse que envolva Educação Sexual. Peônia, Florêncio, Lírio e Pinho (professores(as) de Biologia, Sociologia, Geografia e Biologia, respectivamente) abordaram o tema apenas em aulas expositivas-dialogadas. Hortênsia e Nogueira se sentem constrangidos(as) em abordar o assunto. Acácia, Açucena e Gandênia (professoras de Matemática, Química e Química, respectivamente) consideram que, na escola, a temática fica por conta da disciplina de Biologia. Rosa (professora de Educação Especial) afirmou que nunca se atreveu em realizar uma ação com os(as) seus(as) estudantes devido ao preconceito das pessoas acerca da sexualidade das crianças e adolescentes com deficiência. Camélia (professora de Educação Especial), por sua vez, desenvolveu um projeto envolvendo o tema, o qual não foi aplicado devido à falta de espaço na agenda escolar.

Os(as) demais professores(as) realizaram atividades diversas envolvendo Educação Sexual, como é o caso de Margarida (professora de Sociologia), que realizou uma exposição numa praça envolvendo assédio na internet e abuso sexual; Violeta (professora de Sociologia) promoveu murais acerca das relações de gênero, feminismo e diversidade; Pereira (professor de História) organizou um festival de cinema, que envolvia produção de vídeos, exposições de filmes, palestras, produção de cartaz, música e dissertações em que foram problematizados temas como diversidade de gênero; Azaléia (professora de Geografia) promoveu projetos envolvendo reflexões sobre fecundidade, fertilidade e métodos contraceptivos; Oliveira (professor de Filosofia) realizou atividades envolvendo análises de notícias que contemplavam a temática; Aurora e Liz (professoras de Biologia e de Educação Especial, respectivamente), promoveram eventos na escola com psicólogos e profissionais da saúde os quais ministraram palestras; enquanto Jasmin (professora de Biologia) promoveu uma semana da conscientização, no qual debateu-se sobre o vírus HIV. Contudo, em apenas três destas oito atividades mencionadas, os(as) jovens com deficiência se fizeram presentes, ainda que, em somente um caso tenha ocorrido a participação ativa deste público. Neste sentido, fica explícito como é frequente a restrição ao acesso de informações e reflexões acerca da sexualidade, sobretudo, pelas pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no transcorrer deste capítulo, as pessoas com deficiência são frequentemente marcadas por estereótipos, estigmas e preconceitos no campo da sexualidade. Nesse cenário, práticas pedagógicas que busquem a efetivação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos são essenciais para extrapolar os limites impostos a esses(as) jovens. Contudo, foi observado que, em sua maioria, os(as) professores(as) participantes do estudo restringem a educação sexual a uma perspectiva predominantemente biológica, isto é, desprezando sua complexidade e abrangência. Correndo assim, o risco da temática não ser abordada de maneira transversal, ou seja, não perpassando as várias áreas do conhecimento (FIGUEIRÓ, 2004).

Esta visão reducionista em torno da temática tem estreita relação com o processo formativo dos(as) professores(as) no que tange à Educação Sexual o qual, conforme foi exposto, se deu majoritariamente de maneira rasa e superficial, também guardando conexão com as profundas marcas do sexismo, do machismo, do patriarcado e dos dogmas em torno da sexualidade e do sexo. A Educação Sexual recebida ao longo de sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional é peça-chave na prática docente, todavia, nem sempre os(as) professores(as) apresentam um repertório conceitual e afetivo necessário para atuarem no campo da sexualidade humana (ALBURQUERQUE; ALMEIDA, 2010), ou, como as entrevistas demonstraram, não desejam, não sentem necessidade ou não consideram ser sua responsabilidade. Quando referem-se à sexualidade da pessoa com deficiência, o problema é ainda mais agravado, em virtude de as mesmas questões estarem presentes, somado o fato de essas pessoas serem consideradas incompletas e inaptas à sexualidade.

Não raro, os(as) professores(as) entrevistados(as) atribuíram à pessoa com deficiência um apetite sexual exacerbado e, alguns, manifestaram temor de que este público pode ser incapaz de constituir uma família. Neste sentido, manifestações da sexualidade consideradas pela sociedade como patológicas ou inadequadas que, por vezes, são apresentadas por pessoas com deficiência, podem ter relação com a falta de aprendizado no que concerne à Educação Sexual e com o isolamento social destes sujeitos (MAIA; ARANHA, 2005). Considerando-se os dados coletados e analisados na presente investigação, nas raras vezes em que são promovidas ações inerentes à Educação Sexual na escola, as pessoas com deficiência são comumente excluídas ou, quando presentes, não costumam participar ativamente da atividade.

Dessa forma, fica como reflexão a necessidade de repensar a Educação Sexual a partir do contexto da educação inclusiva e também na relação escola-família.

Os familiares possuem papel fundamental na construção da sexualidade dos seus membros. Contudo, o diálogo sobre estas questões demonstrou-se praticamente ausente entre as instituições familiar e escolar. Pouco efeito tem uma Educação Sexual emancipadora e integradora na escola, quando em casa vive-se em contexto de silêncio e opressão. Isto se demonstra ainda mais acentuado quando se trata da sexualidade de pessoas com deficiência que, como foi visto, é, frequentemente, percebida com preconceitos e cerceamentos da liberdade destes sujeitos. Isto destaca a importância do tratamento transversal da temática da Educação Sexual, do investimento na formação inicial e continuada dos(as) professores(as), como também, particularmente, de uma educação que dialogue fortemente com essas famílias e dê condições de possibilidade para que a famílias e comunidades tenham acesso a tais saberes.

Em virtude disso, se demonstra urgente que os(as) profissionais da educação tomem consciência de sua responsabilidade como educadores(as) sexuais. Para tanto, cabe o fomento às políticas públicas que garantam que este tema seja abordado em cursos de formação e capacitação de professores(as) e que reflexões acerca da sexualidade comprometidas com os Direitos Humanos se façam presentes no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; ALMEIDA, Maria Amélia. **Sexualidade e deficiência intelectual**: um curso de capacitação para professores. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 228, p. 408-423. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Lei Brasileira de Inclusão N° 13.146**, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina **Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência**: uma História feminina de rupturas e empoderamento. *Rev. bras. educ. espec.*, Dez 2014, v.20, n.4, p.555-568. ISSN 1413-6538.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual:** como ensinar no espaço da escola. São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade I:** a vontade de saber. 13ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Psicologia, Sexualidade e Deficiência:** Novas Perspectivas em Direitos Humanos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 34, n. 4, p. 850-863, dez. 2014.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicol. Soc.* 2015, vol.27, n.3, pp.558-568. ISSN 0102-7182.

GIAMI, Alain. **O anjo e a fera:** sexualidade, deficiência mental, instituição. Tradução Lydia Macedo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GODDOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Mar./Abr. 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escola. **Interação em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2005.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; CAMOSSA, Denise do Amaral. Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.12, n.24, p.205-214, 2003.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, ago. 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Educação Sexual. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil.** São Paulo: Midiamix, 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948.

PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. **Sexualidade e deficiência mental:** revisando pesquisas. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Dez 2004, vol.8, no.2, p.199-206. ISSN 1413-8557.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; SANTOS, Alessandro Oliveira; LICCIARDI, Daniele Carli; PAIVA, Vera. **Religiosidade, juventude e sexualidade:** entre a autonomia e a rigidez. *Psicol. estud.* vol.13, n.4, 2008. ISSN 1413-7372.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa:** descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Luiz Carlos Avelino da; ALBERTINI, Paulo. A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida. **Rev. Dep. Psicol**, UFF, 2007, vol.19, no.1, p.37-48. ISSN 0104-8023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. **Modelos de Educação Sexual na escola:** concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Rev. Bras. Educ.* v 22, n 69, p. 453-474, 2017. ISSN 1413-2478.